



Caminhos para a criação de uma Renda Básica Permanente

As 270 organizações e redes que compõem a campanha Renda Básica Que Queremos acompanham com grande interesse a movimentação da sociedade e do Congresso Brasileiro no sentido de debater e propor a criação de uma política permanente de Renda Básica no Brasil.

Este documento visa a trazer para o debate a perspectiva técnica, política, econômica, racial e social de nossa campanha - apoiada por mais de 600 mil brasileiras e brasileiros - para que as propostas discutidas entre parlamentares atendam de fato a busca por equidade e direitos de cidadania.

Inicialmente é necessário reconhecer e fortalecer o sistema de proteção social construído desde o processo constituinte de 1988. Vários sistemas e políticas públicas foram criados, que mesmo com limites, possibilitaram avanços significativos na construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Citamos o SUS, SUAS, universalização da educação, políticas de fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar e de enfrentamento à fome, além do próprio Programa Bolsa Família. Portanto uma Renda Básica Permanente deve ser implementada sem prejuízo de outras políticas de proteção social já implementadas.

Nosso objetivo não é, nesse primeiro momento, propor uma política detalhada, mas sim oferecer parâmetros para orientar uma construção pautada por quatro princípios: o da renda como direito humano, fundamental e indivisível dos demais; o da política de Renda Básica como vetor de redução de desigualdades raciais e sociais; o da solidariedade em relação ao seu financiamento e o reconhecimento que o programa bolsa família é um programa de renda básica que precisa ser ampliado e que deve ser a base para implementar um renda básica permanente.

No nosso entendimento, não é aceitável ou desejável que a Renda Básica Permanente seja implementada em detrimento de direitos já conquistados pela sociedade brasileira. Por isso, não pode ser vista como instrumento de racionalização do gasto social já existente. A Renda Básica Permanente é um instrumento que não apenas tem o potencial de reduzir as desigualdades e garantir direitos básicos, mas também possibilitar por seus meios de financiamento uma mudança no desequilíbrio histórico da carga tributária no Brasil, onde proporcionalmente os mais pobres pagam mais tributos do que os mais ricos. Neste sentido é necessário pensar a Renda Básica Permanente como instrumento, também, de desenvolvimento e democratização econômica, possibilitando o seu pagamento por meio de mecanismos das finanças solidárias, como bancos comunitários que utilizam moeda social.

Nesse sentido, propomos aqui 9 parâmetros para o estabelecimento de uma Renda Básica Permanente no Brasil. São eles:

RENDA BÁSICA QUE QUEREMOS!

1. Incondicionalidade: a Renda Básica Permanente deve ser disponível para todos/as os/as brasileiros/as que atendam os critérios de renda definidos no momento do estabelecimento da política, sem exceção, e sem condicionalidades que inevitavelmente criam dificuldades, estigmas, barreiras de acesso e complexidades operacionais.
2. Individualidade: a Renda Básica Permanente deve ser calculada individualmente para todos/as cidadãos/ãs que atendam aos critérios de renda, incluindo adultos, idosos, crianças e adolescentes, quilombolas, indígenas, imigrantes, sem limites por família que criem regressividade na distribuição e penalizem famílias mais numerosas, monoparentais ou de composições não-tradicionais, e sem prejuízo de outras políticas de proteção social já concedidas.
3. Previsibilidade: o benefício deve ser pago de forma previsível, mensalmente, de forma a permitir uma melhor organização financeira dos beneficiários e evitar os problemas observados durante a implementação do Auxílio Emergencial.
4. Liquidez: o benefício não deve ser pago sob forma de voucher ou moeda digital, de forma a garantir o máximo possível de liquidez e maximizar a liberdade e o potencial de uso do recurso.
5. Não-tributabilidade: a Renda Básica Permanente não pode ser tributada explícita ou implicitamente, e seu valor não deve ser computado no cálculo de elegibilidade por critérios de renda.
6. Ajustabilidade: o valor da Renda Básica Permanente deve ser ajustado para atender as especificidades da população beneficiada, com idosos, famílias monoparentais, famílias com crianças e adolescentes, e pessoas com deficiência sendo elegíveis a valor adicional para lidar com despesas maiores relacionadas às suas condições sem que isso implique em perda de benefícios anteriores em função dessa condição.
7. Caráter redistributivo: a Renda Básica Permanente deve ser custeada por tributos, contribuições e outras medidas de caráter progressivo que afetem, prioritariamente, os 5% de brasileiros mais ricos - que hoje concentram a mesma renda dos outros 95%, com menor carga tributária.
8. Caráter de ampliação de direitos: o valor estipulado pela política de Renda Básica Permanente deve ser superior a qualquer programa de transferência de renda existente que seja objeto de integração de programas, deve ser disponibilizado a um grupo maior de pessoas do que as atualmente atendidas por programas existentes, e não pode ser concedido em substituição a serviços públicos.

RENDA BÁSICA QUE QUEREMOS!

9. Referência no salário mínimo: o valor estipulado pela política de Renda Básica Permanente deve ser suficiente para assegurar a uma família média brasileira uma renda mensal equiparada, no mínimo, ao salário mínimo.

Por fim, consideramos:

- a. que são inadmissíveis os problemas de implementação observados no Auxílio Emergencial. Nada justifica a demora, a falta de resposta, os atrasos nos pagamentos, o não funcionamento do aplicativo, a exposição das pessoas ao risco, a não previsibilidade de quando as pessoas vão receber o auxílio, e o fato de que haja grupos que só vão receber a última parcela em dezembro.
- b. que caso o debate sobre a Renda Básica Permanente não tenha sido concluído até o final da atual política de Renda Básica Emergencial aprovada pelo Congresso e estendida pelo executivo, o benefício atual deve ser novamente estendido, pelo menos, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6 de 2020.
- c. que a política de Renda Básica Permanente deve ser implementada a partir da ampliação do Bolsa Família, desde que o programa passe por um profundo ajuste no sentido de elevar o valor e individualizar os benefícios pagos (com atualização anual, de forma a evitar sua defasagem futura); elevar o nível que se considera extrema pobreza e pobreza para incorporar um universo mais amplo de beneficiários/as; eliminar a fila de espera para acesso; que não tenha condicionalidades; financiar adequadamente a rede SUAS; aprimorar instrumentos como o Cadastro Único; e criar instâncias de participação popular na gestão do programa. A escolha desse caminho também possibilita uma implementação mais eficiente, uma vez que os próprios pagamentos da Renda Básica Emergencial na forma do Auxílio Emergencial encontrou melhores condições de gestão junto aos beneficiários do Bolsa Família, que já são portadores de mais de 15 milhões de cartões através dos quais mais de 44 milhões de pessoas já recebem benefícios.

Nada mais urgente e necessário que dar condições dignas de sobrevivência ao povo brasileiro. Acreditamos que a implementação de uma política de renda básica, via fortalecimento do bolsa família, é o caminho mais rápido para se fazer isso.

Entidades que compõem a campanha Renda Básica Que Queremos:

A Cidade Precisa de Você

A Rocinha Resiste



ABCD - Ação Brasileira de Combate às Desigualdades
Abong - Associação Brasileira de ONGs
Ação Educativa
ACT Promoção da Saúde
ActionAid
AFIPEA - Sindicato Nacional dos Servidores do IPEA
AfirmAção Rede de Cursinhos Populares
Africanamente Centro de Pesquisa Resgatar Preservação de tradições afrodescendentes
Afro-Gabinete de Articulação Institucional e Jurídica
Afronte
Agenda Pública
ALAGBARA – Articulação de Mulheres Negras e Quilombolas do Tocantins
Alma Preta
Akanni – Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias
Amparar – Associação de Amigos e Familiares de Presos
Articulação Brasileira de Francisco e Clara (ABEFC)
Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ArtJovem LGBT)
Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara
ANEPE – Articulação Negra de Pernambuco
APN's – Agentes de Pastoral Negros
Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas
Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade
Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú
Associação de Mulheres Negras do Acre
ASSINEP - Associação dos Servidores do INEP
Associação Brasileira de Imprensa - ABI
Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores pela Justiça Social - ABRAPPS
Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)
Associação da Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo - APOGLBT-SP
Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas
Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Anepcp)
Associação de Sambistas, Terreiros e Comunidades de Samba do Estado de São Paulo – ASTEC
Atinuké – Coletivo sobre o pensamento de Mulheres Negras
Atados
Atletas pelo Brasil
Banco Comunitário Nascente
Bloco Arrasta-Bloco de Favela
Brasil 21
BrCidades
Campanha Nacional pelo Direito à Educação
CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa

RENDA BÁSICA QUE QUEREMOS!

Casa Chama
Casa de Umbanda da Terra e Vida Sagrada
Casa Fluminense
Casa das Pretas
Casa do Hip Hop Taquaril
CEDAPS - Centro de Promoção da Saúde
CCRIA-LO Comunidade da Compreensão e Restauração Ilê Asé Logun Ede
CCRIAS
CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
CENPEC
CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra
CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
Central de Movimentos Populares
Centro Comunitário pró construção e Desenvolvimento do Taquaril
Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)
CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
Centro de Cultura Negra do Maranhão
Centro de Formação do(a) Negro(a) da Transamazônica e Xingu
Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA
Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
Cia Cultural Bola de Meia
Círculo Palmarino
Ciclocidade
Cidade Escola Aprendiz
Coalizão Negra por Direitos
Coletivo Amara
Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF-RJ
Coletivo de Juventude Negra Cara Preta – PE
Coletivo Feminista Classista Maria vai com as Outras
Coletivo de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado
Coletivo Luisa Mahin
Coletivo Luiza Bairros
Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER
Coletivo NegraSô – Coletivo de alunos negros da PUC-SP
Coletivo Negro Dandara – UNESP/Assis
Coletivo Negro Kimpa – Unesp Bauru SP
Coletivo Negro Universitário UFMT
Coletivo Nuvem Negra
Coletivo Sapato Preto Lésbicas Negras da Amazônia
COMUNEMA – Mulheres Negras Maria Maria
Comunidade Cultural Quilombaque
Comunidade das Águas que se Renovam CAREOS



Comunidade de Roda de Samba Pagode NA Disciplina
Comunidade Terreiro Ilê Ase Iyemonja Omi Olodo
Comunidade Terreiro Ile Aşę Omiojuaro
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ
Conectas Direitos Humanos
Conselho de Missão entre Povos Indígenas - COMIN
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
Conselho Nacional do Laicato do Brasil
Conselho do Povo de Terreiro do Estado do RS
CRENLEGO – Centro de Referência Negra Lélia Gonzales
Criola
CUT - Central Única dos Trabalhadores
Delibera Brasil
Departamento Jurídico XI de Agosto
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Educafro
Entrenós
Escola Livre de Redução de Danos
Ewe Instituto
ENAR - European Network Against Racism
Fase - Federação de Órgãos para a Assistência Social
Fast Food da Política
FENATEMA - Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente
FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
Fórum da Cidadania de Santos
Fórum Ecumênico ACT Brasil
Fórum de Mulheres Negras de Mato Grosso
Fórum Formação Política de Mulheres Negras Marielle Franco – BA
Fórum Nacional de Performance Negra
Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno
Frente Favela Brasil
Frente Nacional de Mulheres do Funk
Frente Nacional Makota Valdina
Fundação Avina
Fundação Cidadania Inteligente
Fundação Luterana de Diaconia - FLD
Fundação Tide Setubal
Geledés
Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero
Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030
Habitat para a Humanidade Brasil

RENDA BÁSICA QUE QUEREMOS!

IDS Instituto Democracia e Sustentabilidade
ILE` ÀŞÉ AFULÉLÉ FÜ MI
Ile Ase Omi Ewe Ajase e Caboclo Folha Verde – SP
Ile Aşę Omiojuaro
Ilê Asé Oya Mesan Orum
Ilê Obá Ketu Axé Omi Nlá
Ilé Ode Maroketu Àşę Oba
Ilê Omolu Oxum
Ile Oya Toningebé Fàrá Gèngbèlé
IMUNE – Instituto de Mulheres Negras
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas - INNPD
Instituto Afrolatinas
Instituto AMMA Psique e Negritude
Instituto Búzios
Instituto Alana
Instituto Alzirás
Instituto Arte no Dique
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
IBD – Instituto Brasileiro de Diversidade
Instituto Candeeiro
Instituto Clima e Sociedade (iCS)
Instituto de Arquitetos do Brasil
Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Baiano (IDSB)
Instituto Doar
Instituto EcoVida
Instituto Equânime Afro Brasil
Instituto Elos Brasil
Instituto Espaço Vida
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Instituto Kairós
Instituto Luiz Gama
Instituto Marielle Franco
Instituto de Mulheres Negras do Amapá
Instituto Nangetu de Tradição Afro e Desenvolvimento Social
Instituto de Referência Negra Peregum
Instituto Omolara Brasil
Instituto Plurais
Instituto Pólis
Instituto Procomum
Instituto Steve Biko



Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC)
Instituto Terroá
Instituto Update
IROHIN – Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro Brasileira
ITCP-USP
KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Kombativa – Cooperativa Social Latinoamericana de Direitos Humano
Kwe Ceja Togun Hunde
LabHacker
MABE – Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
Mahin Organização de Mulheres Negras
Marcha das Mulheres Negras de São Paulo
Mapa Educação
Minha Campinas
Minha Jampa
MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNU – Movimento Negro Unificado
Movimento Negro Evangélico
Movimento Ser Ôgá MPP – Movimento de Pescador e Pescadora de Ilha de Maré
MoCAN - Movimento Contra as Agressões à Natureza
Move Social
Movimentação Juventude Negra Política
Movimento Acredito
Movimento Atitude Sergipe (MOVA-SE)
Movimento Bancada Ativista
Movimento Boa Praça
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
Movimento Nacional da População em Situação de Rua
Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)
Movimento TUDO para TODOS
Movimento Umbanda Rio
Movimento Urbano de Agroecologia - MUDA
Mulheres de Axé do Brasil
Nação de Maracatu Porto Rico
NESOL-USP
NESEN/UFF – Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra/Universidade Federal Fluminense
Nossas
Nós Temos Um Sonho – #NTUS
Núcleo Estadual de Mulheres Negras do ES
Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros – NEAB/UFABC SP
Núcleo Estadual de Mulheres Negras do Espírito Santo



Observatório da Violência Policial e Direitos Humanos
Observatório de Favelas
Observatório do Marajó
Observatório Feminista do Nordeste
Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil Henry Sobel
Ocupa Política
Ocupação Cultural Jeholu
Odara Instituto da Mulher Negra
ONDJANGO Núcleo de Estudos Afrobrasileiros
Organização de Mulheres Negras Ativas
Organização Luiza Mahin
Oxfam Brasil
Pacto - Organizações Regenerativas
Plataforma Dhesca Brasil
Pretas em Movimento
Pré-Vestibular Popular +Nos
Proceso de Comunidades Negras en Colombia
PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes
Política Viva
ponteAponte
Ponto de Cultura Espaço Balaioo
Programa Cidades Sustentáveis
Projeto Saúde e Alegria
Quilombo Rio dos Macacos
Rede Brasileira de Bancos Comunitários
Rede Brasileira de Renda Básica
Rede Conhecimento Social
Rede Ecumênica da Juventude
Rede Feminista de Juristas - DeFEMde
Rede de Historiadorxs Negrxs
Rede de Mulheres Negras Pará
Rede de Mulheres Negras de Alagoas
Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
Rede Justiça Criminal
Rede Mães de Luta MG
Rede Nacional de Negras e Negros LGBT
Rede Nacional da Promoção e Controle da Saúde de Lésbicas Bissexuais Transexuais Negras –
REDE SAPATA
Rede Nossa São Paulo
Rede Ubuntu de Educação Popular
RENAFRO – Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde
SASP - Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo

RENDA BÁSICA QUE QUEREMOS!

Sindicato dos Eletricitários de São Paulo
Sociedade Protetora dos Desvalidos – SPD
Studio de Dança Sérgio Nazza
Teatro Sergio Mamberti
Tenda de Umbanda Universalista Casa do Auxílio Fraternal
Terra de Direitos
Terreiro do Cobre
TETO Brasil
Think Olga
Toco Filmes
Uneafro Brasil
Unegro
União dos Movimentos de Moradia
União Nacional de Trabalhadoras/es Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil - UNICAB
União Nacional dos Estudantes - UNE
URI - Iniciativa das Religiões Unidas
Visão Mundial
WWF Brasil